

A transição energética e o mercado de carbono no Brasil¹

Nivalde de Castro ²

Vitor Santos ³

Bianca Castro ⁴

A cada dia que passa, o processo de transição energética ganha mais relevância e preocupação social, sensibilizando gradativamente segmentos da sociedade, especialmente os mais jovens, que são os herdeiros de mundo futuro. Essa maior consciência determina mudanças nos hábitos e padrões de consumo, cada vez mais focados na sustentabilidade. Os exemplos são múltiplos e crescentes, desde a preocupação com o desperdício até o alugar e não comprar, em uma lógica de compartilhamento.

Na outra face da moeda, referente à produção de bens e serviços, uma metamorfose está a ocorrer para que, também de forma gradativa, todas as atividades produtivas, em especial as maiores emissoras de CO₂, alterem suas matrizes energéticas. O objetivo central é substituir a participação do consumo de carvão, petróleo, gás e seus respectivos derivados por energia elétrica e hidrogênio verde, ou seja, recursos energéticos renováveis.

Neste processo de transição, ímpar na história da sociedade moderna por ser imperativo para garantir a sobrevivência da humanidade, o que justifica o interesse crescente das novas gerações, está sendo enfrentado de diferentes formas e é liderado pelos países desenvolvidos, com destaque à União Europeia. Iniciada no fim do Século XX, a origem da liderança europeia deve-se à sua maior dependência à importação de insumos energéticos em comparação a outros países desenvolvidos. A questão da segurança energética mostrou o seu lado "a vida como ela é", do nosso Nelson Rodrigues, com a guerra da Ucrânia, ao impor um corte total nas importações russas para o fornecimento do gás natural.

O que se observa de forma clara entre esses países é a ação dos *policy makers* no sentido de transformar a necessidade da descarbonização e oportunidades para novos investimentos. Em suma, deve-se criar planos, programas, ações e instrumentos para que a "destruição criativa"

¹ Artigo publicado em Broadcast Energia. Disponível em <https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/45251374>. Acessado em 23.06.2023

² Professor no Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

³ Professor catedrático do Instituto de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa

⁴ Pesquisadora plena do Gesel-UFRJ.

ocorra dentro de marcos e parâmetros que levem ao crescimento e desenvolvimento econômico com bases e objetivos fundamentados na sustentabilidade.

Neste sentido, os países desenvolvidos estão criando fundos bilionários direcionados para essa conversão radical e irreversível das cadeias produtivas. Os exemplos são tantos e cada vez mais intensos em valores e em prazos ambiciosos, expressando, assim, a estratégia de induzir o desenvolvimento com investimentos focados em metas de descarbonização.

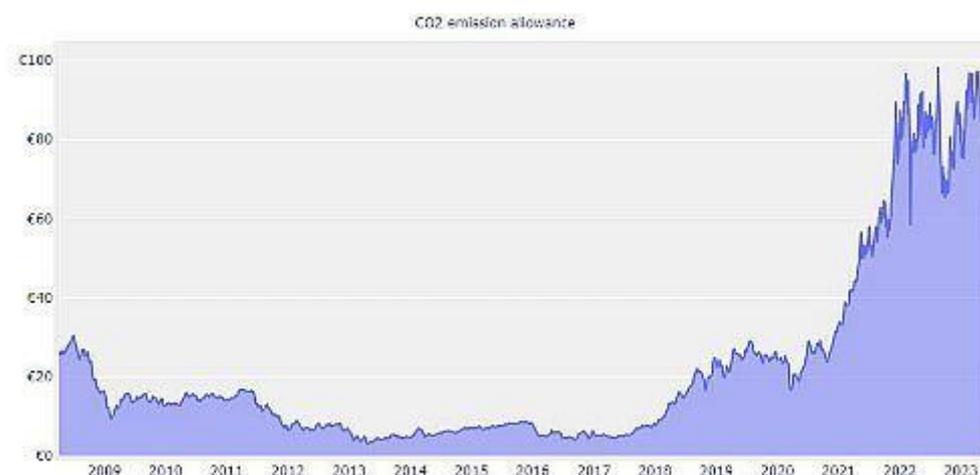
Neste contexto, destaca-se outro vetor dinâmico, foco analítico deste objetivo e sintético artigo, que é o mercado de carbono. Neste tema, deve-se direcionar atenção à experiência da União Europeia.

O mercado europeu de direitos de emissões de CO₂ (*EU Emissions Trading System*) foi criado em 2005. A fixação de limites de emissões pouco restritivos, nomeadamente a partir da crise econômica e financeira de 2009, contribuiu para que o preço das licenças de emissão de CO₂ no mercado europeu registrassem, quase sempre, níveis pouco desincentivadores das emissões para os setores envolvidos, como energia, indústrias intensivas em energia e transportes aéreos em operação na Europa.

No entanto, a partir de julho de 2021, logo após a deflagração da guerra da Ucrânia, as licenças de emissão de CO₂ tiveram um crescimento expressivo, de um valor médio em torno dos € 20/tonelada para valores entre € 90-100/tonelada, em 2022. Esse crescimento do preço do carbono coincidiu com o anúncio, por parte da Comissão Europeia, de uma meta mais ambiciosa para a redução das emissões de CO₂, que passou dos 40% para 55% em 2030, em relação a 2005, e com a apresentação de um pacote de medidas concretas para atingir tal objetivo, o *Fit for 55*.

Observa-se que o aumento do preço da tonelada das licenças de emissão de CO₂ é utilizado como um instrumento para forçar a transição energética, obrigando setores mais emissores a investirem em novos processos produtivos menos emissores. Desta forma, o mercado de carbono é um instrumento de política pública para induzir o desenvolvimento econômico, e frente à guerra da Ucrânia, para aumentar a segurança energética.

Gráfico 1 -Evolução do preço da tonelada de CO₂



Fonte: <https://sandbag.be/carbon-price-viewer/>

A partir deste fluido enquadramento analítico da experiência em curso, em especial da União Europeia, pode-se colher elementos para a economia brasileira. De imediato, o Brasil não dispõe de margens no orçamento público para seguir a experiência dos países ricos dos fundos bilionários. Portanto, uma alternativa é lançar títulos verdes no mercado internacional em busca de recursos de longo prazo a custos menores.

Na perspectiva analítica deste artigo, a criação de um mercado de carbono pode ser uma das alternativas estratégicas, por induzir os investimentos para a sustentabilidade via custo da tonelada de CO₂ emitida. Há, aqui, o risco da inflação verde, porém se for bem calibrado e direcionado para setores mais emissores, associando os cortes de CO₂ com linhas internacionais e nacionais de financiamento verde, é possível iniciar a indução de um círculo virtuoso de desenvolvimento setorial. Neste aspecto, a experiência e competência do BNDES serão de extrema importância.

Esta estratégia, ora formulada de maneira bem geral, deve estar alinhada em um plano de governo, como o que o Ministério da Fazenda está estruturando, denominado, ainda de forma provisória, "Plano de Transição Ecológica", que busca uma originalidade de título, mas não de conteúdo frente às experiências europeias.

A questão central a ser destacada não é a de vender créditos de carbono para outros países, uma possibilidade muito limitada pela imposição de barreiras de diferentes tipos para que os recursos nacionais dos países poluidores não sejam direcionados para o exterior. No âmbito brasileiro, o importante, e o Plano proposto pelo Ministério da Fazenda deve considerar prioridade de partida, é a lógica interna da "destruição criativa", direcionada para os setores de produção de bens intermediários com vocação para exportação. Assim, o Brasil poderá ser competitivo no mercado internacional de produtos verdes, em especial no europeu superando as barreiras que estão sendo impostas às importações com elevado grau de CO₂ em seus processos produtivos.